Os grandes temas da educação

Simon Schwartzman

Publicado no *Jornal do Brasil,* 3 de junho de 2001

É difícil falar dos grandes temas da educação quando vivemos a urgência das crises do dia a dia. E no entanto, como a crise da energia está mostrando, é necessário pensar a longo prazo, construir o futuro, para que ele não nos pegue de surpresa. Será que estamos olhando e construindo o futuro da educação como devemos?

Em muitos sentidos, estamos avançando. Quase não faltam escolas, as crianças já não ficam tão retidas nos primeiros anos, a educação média tem se expandido, existem mecanismos para distribuir melhor os recursos públicos, e dispomos de melhores dados e informações sobre o que vem ocorrendo. A educação superior volta a crescer, e parece que nunca houve tantos recursos para a pesquisa científica e tecnológica como agora. Todos concordam que a educação é a chave do futuro, e pareceria que estamos, aos poucos, conseguindo abrir esta porta.

Mas existe uma outra versão. É fácil ir a uma escola no subúrbio de uma de nossas cidades e mostrar a escola com o prédio semi-destruído, as carteiras quebradas, os alunos que faltam às aulas, as professoras que não sabem ensinar, a insegurança e o pouco ou quase nada que e os alunos aprendem. E, a partir daí, dizer que nada está sendo feito, que todos os progressos dos últimos anos são uma grande mentira.

Optar por uma versão ou outra depende da preferência que se tenha pelo copo meio cheio ou meio vazio. Dizer que não existe progresso é um erro grave, que não ajuda a encontrar soluções e caminhos. Dizer que tudo vai bem seria um ufanismo inadmissível. Justamente porque muita coisa foi feita, surgiram novos problemas e questões, que exigem novas perspectivas e abordagens, e que se somam a problemas antigos que nunca foram solucionados. Vejamos alguns destes problemas e questões.

O Brasil tem uma péssima tradição de reprovar e, depois de algum tempo, expulsar das escolas as crianças com dificuldades de aprender. Isto mudou bastante, desde a cruzada memorável de Sérgio Costa Ribeiro contra a pedagogia da repetência. Hoje sabemos que as crianças que repetem nem por isto aprendem mais; elas perdem o estímulo, se marginalizam, e acabam abandonando a escola. A introdução de ciclos de dois ou quatro anos na educação básica, que impede que os alunos sejam reprovados, é uma política que aponta na direção correta. Mas isto, por si só, não resolve: muitas crianças ainda entram e saem da escola pública como analfabetos

funcionais. Existem muitas explicações para esta situação, da desorganização das escolas e secretarias à má formação dos professores, passando pelas ideologias pedagógicas que se opõem a um trabalho educacional mais organizado e concentrado. O fato é que crianças de famílias pobres e pais pouco educados precisam de atenção e cuidados especiais para se alfabetizar. Existem coisas bastante simples a fazer aqui, que estão sendo tentadas em algumas partes, mas precisam de um esforço muito mais sistemático e organizado. Os professores devem ser treinados, receber apoio específico e mostrar que estão de fato alfabetizando, em qualquer série que os alunos estejam. Estudantes defasados necessitam de programas de aceleração de aprendizagem que recuperem o tempo perdido e permitam que eles aprendam outras coisas. A batalha da alfabetização ainda está longe de ser vencida, e, sem ela, não adianta muito aumentar as matrículas da pré-escola, pagar melhor aos professores, evitar a evasão escolar e melhorar as estatísticas de repetência.

Com toda a precariedade da educação básica, a educação média vem se expandindo enormemente. Nossa legislação separa os oito anos da educação básica dos três da secundária, mas, na prática, ainda vivemos a grande divisão entre os quatro primeiros anos da escola primária, aonde as crianças devem aprender o básico das letras e dos números com um professor ou professora por turma, e os quatro anos seguintes, e mais os três do nível médio, ou secundário, aonde o ensino é organizado por matérias. Agora que as matrículas estão crescendo, os problemas podem estar se agravando. No sistema público, o ensino médio é feito sobretudo em escolas noturnas, os estudantes trabalham, e faltam professores que de fato entendam o que devem ensinar. Os currículos pecam por excesso de disciplinas, tempo e energia gastos no aprendizado burocrático das regras gramaticais, demonstrações matemáticas ou conhecimentos fragmentados de física, biologia ou geografia, sem que os alunos entendam realmente o sentido de tudo isto, e sem que tenham contato, por exemplo, com estatística, direito, economia e computação, muito mais significativos para a vida da grande maioria. O Ministério da Educação, assim como o Conselho Nacional de Educação, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases, tem tentado abrir espaço a um ensino mais flexível, a partir de amplos parâmetros curriculares que definem as habilidades gerais que os estudantes precisariam adquirir, e permitindo que as escolas introduzam seus próprios conteúdos. A grande barreira são os velhos hábitos e a má formação dos professores. É fácil repetir em sala de aula o que está nos livros ou programas de curso, mesmo sem entender direito, e pressionar os estudantes a que memorizem o que ouviram. É muito mais difícil ensiná-los a usar bem a língua, raciocinar com números ou entender como distinguir a opinião da evidência dos fatos, se os próprios professores não tiveram esta formação. Não teria sentido voltar à escola tradicional de trinta ou quarenta anos atrás, pensada exclusivamente para os filhos

das classes médias e altas, onde a rigidez e obsolescência dos currículos era superada pela cultura geral que eles adquiriam das próprias famílias, ou pelo convívio com alguns professores excepcionais. A desmontagem do sistema antigo já avançou bastante, mas a montagem do novo ainda mal começou.

Estes problemas parecem mais intratáveis do que os da educação básica, mas existem dois caminhos pelos quais eles precisam ser enfrentados.

Primeiro, os professores. Hoje, no Brasil, professores da educação básica e secundária precisam ter nível superior, e existem incentivos salariais para isto. Por isto, as antigas professoras normalistas estão se matriculando e completando cursos de pedagogia, e fazendo jús a aumentos salariais. A dúvida é se o que elas aprendem nestes cursos realmente fazem delas melhores professoras. A decisão de criar uma habilitação específica de nível superior para o magistério vai no sentido correto, mas levará décadas até surtir efeito. A proliferação de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, que produzem certificados que contam para promoções e aumentos salariais, tampouco parece dar muito resultado. É necessário um trabalho muito mais direto e corpo a corpo com os professores, com treinamento em serviço, acompanhando seu trabalho no dia a dia, colocando melhores instrumentos pedagógicos em suas mãos, e avaliando de forma contínua se os alunos estão aprendendo mais e melhor. Ninguém se ocupa de avaliação de professores no Brasil, mas já não é sem tempo. Para os professores de matérias especializadas, haveria que repensar profundamente a carreira de magistério, distinguindo com mais clareza a formação do professor da formação científica geral dos institutos universitários e faculdades de filosofia, facilitando diferentes formas de acesso ao ensino por pessoas que tenham os conhecimentos necessários, inclusive estudantes universitários, e estimulando o desenvolvimento de carreiras duplas, em que pessoas possam combinar atividades de magistério com o exercício de outras profissões de nível superior. Os atuais requisitos de conhecimentos pedagógicos para o ensino médio deveriam ser reduzidos, e substituídos por treinamento em serviço.

Depois, o ensino técnico ou profissional, que no Brasil nunca conseguiu se desenvolver a contento. A formação profissional dada pelo antigo sistema “S” – SESI, SENAI, SENAC – já não é adequada, por causa das mudanças constantes das tecnologias e da necessidade de formação mais geral, e porque não inclui muitas pessoas. Existem pelo menos três níveis em que o ensino técnico deve se dar. O da formação intensiva e prática, de curta duração, fora do ensino regular; o da formação paralela, ou conjunta, com a educação básica ou média; e o do nível pós-secundário. Os recursos do salário educação que ficam com as empresas, somados aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), asseguram que há espaço para buscar

novos caminhos, se tivermos clareza sobre o que queremos. O Programa de Expansão da Educação Profissional, com recursos do FAT e do BID, tem mobilizado centenas de milhões de dólares e criado um grande número de programas de treinamento profissional em todo o país. Sabemos o que está sendo gasto, mas ainda não sabemos se esta grande mobilização de recursos está, efetivamente, fazendo diferença nas condições de vida e oportunidades de seu público. No sistema formal, há uma reforma recente que separa a formação profissional da de nível médio, tentando abrir espaço para o ensino profissional não acadêmico, com resultados ainda pouco claros. E quase nada existe em termos de formação técnica pós-secundária, em cursos de um ou dois anos, que absorvem grande parte dos estudantes de nível superior em muitos países.

A questão de fundo, nesta área, é como dar educação técnica e profissional de qualidade, superando a antiga dicotomia entre esta e a educação acadêmica tradicional. O caminho adotado com sucesso por muitos países europeus é aproximar ao máximo o ensino profissional do setor produtivo, combinar o estudo e o trabalho, e fazer com que os conhecimentos e habilidades mais gerais sejam desenvolvidos a partir das experiências efetivas de trabalho prático e profissional, nos diversos níveis. Não há dúvida que a prioridade é melhorar o sistema escolar, mas existem milhões de jovens e adultos que já saíram das escolas, ou nunca estiveram nelas, sem terem adquirido as qualificações mínimas para o trabalho e a vida em sociedade. Para estes, são necessários cursos práticos, que qualifiquem para o mercado de trabalho, e que façam uso intenso dos modernos recursos pedagógicos, da televisão aos computadores. As novas tecnologias são uma promessa importante, mas nem sempre produzem os resultados que anunciam, e este é um terreno fértil para grandes propostas, programas caros, e poucos resultados.

Bem ou mal, os estudantes que terminam o ensino secundário em número cada vez maior começam a bater à porta do ensino superior, que vai retomando sua expansão. Aqui, a relação entre ensino público de massas e o ensino privado de qualidade se inverte. As universidades públicas, ainda que desiguais, e caras para a sociedade, conseguem manter padrões de qualidade em muitas áreas, para alunos de nível social mais alto que conseguem passar nos vestibulares e estudar durante o dia. Os estabelecimentos privados, sem recursos públicos, sem poder cobrar muito, com cursos noturnos para estudantes que precisam trabalhar, não têm como oferecer muito em termos de formação universitária convencional. Estes dois fatos sobre o ensino universitário público – que é muito caro, e que privilegia alunos de classes sociais mais altas – são incontestáveis, apesar das disputas de números que possam haver. A questão da qualidade é menos óbvia. Muitas instituições públicas, apesar dos altos

custos, são medíocres, e muitas instituições privadas encontram espaço para oferecer um produto educacional mais qualificado e adequado para o seu público.

Além das questões de equidade e justiça social, existe um problema sério de conteúdos, raramente abordado. Ao contrário da maioria dos países, quase não temos ensino técnico pós-secundário, de curta duração, que facilite a entrada dos estudantes no mercado de trabalho. Todos os cursos superiores ainda se dizem "universitários", as taxas de abandono são muito altas, e a adequação entre o que os estudantes aprendem e o que precisam na vida profissional é duvidosa. O que sustenta este sistema é o grande prêmio que a sociedade brasileira ainda paga pelos diplomas universitários, reforçado pela legislação que garante promoções e pisos salariais para os diplomados. Mas, na medida em que o sistema cresça, este prêmio deverá diminuir. Os conteúdos e a pedagogia de um sistema de educação superior de massas não podem ser os mesmos dos da formação profissional clássica das universidades de elite do passado. Mas ninguém parece estar olhando esta questão com a devida profundidade, e os sinais que emanam do governo, ao tentar garantir a qualidade do sistema como um todo, são muitas vezes contraproducentes, ao insistir em que todas as instituições, inclusive as privadas, se ajustem ao chamado "modelo único" da universidade de pesquisa, que nem no setor público consegue manter mais na maioria das instituições, e na verdade nem precisaria.

***

Na base de todos estes temas existem duas questões fundamentais e interligadas, que precisam ser vistas. A primeira é a contradição entre a noção – quase um dogma - de que a educação deve se expandir a todo o custo, e de que quanto mais educação melhor - e as condições efetivas do mercado de trabalho. Não é verdade que mais educação, sozinha, traz mais riqueza e produtividade. Quando a economia tem condições de se expandir, então a competência – não o diploma – é importante, e ajuda a consolidar e ampliar a criação de riqueza. Quando a economia cresce pouco, e não consegue absorver as competências existentes, a posse de um diploma passa a valer, sobretudo, como uma credencial que vale para substituir os menos pelos mais titulados, sem acrescentar nada para a sociedade como um todo. Nesta situação, a valorização excessiva das credenciais educacionais, sancionadas por legislação que garante direitos e privilégios para os mais educados – como a exigência de diplomas de nível superior para professoras de educação básica, ou de oito anos de escolaridade para empregos de pouca qualificação – pode resultar, simplesmente, em um custo adicional para a sociedade e para as pessoas, aumentando as expectativas e sua frustração, e produzindo resultados opostos aos que se espera.

A segunda questão se refere ao papel do Estado. Não há dúvida que é responsabilidade do setor público proporcionar educação básica de qualidade para a população, e garantir a equidade das oportunidades de acesso aos níveis educacionais mais altos. É de sua responsabilidade, também, fazer com que existam instituições capazes de formar pessoas bem qualificadas nas principais profissões e áreas de conhecimento. Não deveria ser sua função, no entanto, operar como um grande cartório de reconhecimento e registro de diplomas educacionais, nem garantir os privilégios de corporações profissionais, nem proporcionar educação gratuita aos filhos das classes médias e altas. Um sistema educacional menos regulamentado reduziria o desequilíbrio que existe hoje entre a valorização das credenciais e a desvalorização da competência; desestimularia, por inútil, o ensino de má qualidade; criaria mais espaço para a iniciativa e a responsabilidade de professores e dirigentes; e permitiria que o setor público concentrasse seus esforços naquilo que é mais essencial e indispensável – a universalização efetiva da educação básica de qualidade.

JORNAL DO BRASIL

Segunda-feira, 11 de Junho de 2001

A Chave do Tamanho

Assim como a energia elétrica e outros temas que periodicamente agitam a atenção pública brasileira, na educação é necessário pensar também a longo prazo, como escreveu no **Jornal do Brasil** (3 de junho) o sociólogo Simon Schwartzman. A equação é semelhante em todos os grandes *fronts*, nos quais sempre é necessário ''pensar a longo prazo''.

O Brasil avançou no setor da educação, indiscutivelmente, como observou o sociólogo: há mais escolas, a educação média se expandiu, alguns recursos públicos são melhor distribuídos, há mais e melhores estatísticas, a educação superior voltou a crescer, nunca houve tantos recursos para a pesquisa científica e tecnológica e, acima de tudo, há o consenso de que a educação é a chave do futuro - e do tamanho. Mas nem tudo está resolvido, sobretudo em setor no qual jamais um estalar de dedos poderia resolver problemas herdados dos tempos de colônia. O triunfalismo oficial, em matéria de educação, e também em matéria de Saúde, não tem o condão de afastar todas as dificuldades, e as últimas conquistas devem ser colocadas ao lado das aspirações que ainda não foram satisfeitas e requerem a continuação dos esforços.

O historiador Paul Kennedy, autor de *Ascensão e queda das grandes potências*, assinalou durante o decorrer dos anos 90 que os desafios fundamentais de uma sociedade são a educação e a qualidade de vida que se leva nela. Segundo Kennedy, entre os fatores que determinam o ritmo de atraso e de progresso dos países o primeiro é o sistema de ensino, e, nele, o estudo da matemática. Quando se vai à Coréia e a Taiwan (Formosa), países que progrediram, encontra-se grande rede pública de ensino. Um garoto coreano de 16 anos sabe mais matemática do que um americano de 20. Outros fatores se seguem: a força do sistema financeiro e a capacidade de poupar, a ação política e social (uma sociedade avança quando está comprometida com o progresso e não com o obscurantismo) e a posição geográfica (a Inglaterra teve vantagens por ser uma ilha, enquanto a URSS com 13 mil quilômetros de fronteiras, dois terços do território congelado e grandes desertos no sul, tinha a geografia perversa).

Sob qualquer aspecto é preciso ver se as sociedades querem desenvolver seus sistemas educacionais, se elas querem investir no aprendizado da ciência, da matemática, da literatura. O primeiro e maior pecado da elite é a arrogância, não querer ouvir. O segundo, de acordo com Kennedy, é a busca do sucesso fácil, causa de decadência de muitas sociedades que se acreditam imunes ao descompasso dos tempos modernos.

O Brasil, de acordo com Schwartzman, tem a péssima tradição de reprovar e depois de algum tempo expulsar das escolas as crianças com dificuldade de aprender. Crianças que repetem nem por isso aprendem mais. A batalha da alfabetização está longe de ser vencida; sem ela não adianta aumentar matrículas da pré-escola, melhorar o salário dos professores, evitar a evasão escolar ou melhorar estatísticas de repetência. Se as matrículas estão crescendo, os problemas podem estar se agravando. A escola tradicional de 30 ou 40 anos atrás pensava exclusivamente nos filhos das classes média e alta: a obsolescência dos currículos era superada pela cultura adquirida em casa. O ensino técnico ou profissional no Brasil nunca se desenvolveu a contento (em países europeus o ensino profissional é aproximado ao máximo do setor produtivo). As universidades públicas mantêm padrão de qualidade em muitas áreas para alunos de nível social mais alto que passaram no vestibular e estudam durante o dia. O ensino como um todo insiste em que as instituições, incluindo as privadas, se ajustem ao ''modelo único'' da universidade de pesquisa. Sem falar na noção contraditória e dogmática de que a educação deve se expandir a qualquer custo.

A Constituição de 1988 determina a obrigatoriedade do ensino básico universal - a grande responsabilidade do Estado. Definiu até prazo para a erradicação do analfabetismo e para a implantação do ensino fundamental a toda a população: 10 anos... A primeira Constituição brasileira, de 1823, já obrigava a ''instrução primária e gratuita para todos os cidadãos''. Foi uma das primeiras a estabelecer esta meta formalmente no mundo ocidental. Começou há 178 anos portanto a tradição brasileira de legislações avançadas porém não cumpridas. Até hoje, ainda por cima, União, estados e municípios interferem na educação de forma desarticulada, ocasionando desperdício e confusão.

Houve inchaço da rede pública em detrimento da qualidade de ensino. Não se deveria aumentar o número de matrículas sem melhoria da eficiência do ensino. A crise econômica e social dos anos 80 deixou sua marca: segundo a Unicef mais de 40% das crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias carentes, com renda mensal de até meio salário mínimo.

Os provões estão aí para demonstrar que muito ainda precisa ser feito - sobretudo pensar a longo prazo.